



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO N.º 1278/2001 (04 volumes)

APENSOS: N.º 054.001.854/2001

PARECER N.º 212/2018–G3P

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Irregularidades no pagamento de benefícios à militares integrantes das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas em Timor Leste. Imputação de débito. Recursos de reconsideração improvidos. Interposição de Recurso de Revisão. Negado provimento. Interposição de novo Recurso de Reconsideração. Não conhecimento. Irregularidade das contas, notificação e autorização prévia ade medidas para cobrança de débito e arquivamento. Interposição de Recursos de Reconsideração. Conhecimento. Exame de mérito. Instrução pugna pela improcedência das peças recursais, ciência aos recorrentes, concessão de novo prazo para recolhimento do débito e arquivamento do feito. Parecer convergente do Ministério Público de Contas.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF com o objetivo de apurar responsabilidades pelo pagamento indevido de benefícios a militares integrantes da Força de Paz da Organização das Nações Unidas em Timor Leste – UNAMET.

2. Por meio da Decisão n.º 1.398/2017 (fl. 626), o Tribunal decidiu, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 514/554; II – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alínea c, da Lei Complementar n.º 1/1994, irregulares as contas do militar ROBMILSON ARAÚJO DE LIMA, isentando-o de devolver aos cofres públicos os valores recebidos a título de ajuda de custo em decorrência de missão especial ao Timor Leste e considerando-o quite com o erário distrital, no que tange ao objeto da tomada de contas especial em exame - TCE; III – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994, irregulares as contas dos militares TARCISO PEREIRA DE ANDRADE FILHO e ROBERTO MIGUEL BULAT, em razão do recebimento de valores pagos indevidamente em decorrência de missão especial ao Timor Leste, notificando-os, com fulcro no art. 26 da referida Lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem os débitos que lhes foram imputados, nos valores de R\$ 560.676,54 (quinhentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e R\$ 33.689,66 (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), respectivamente, atualizados em 24/10/2016 (fl. 602), a serem corrigidos até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar n.º 435/2001; IV – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; V – autorizar: a) caso não atendida a notificação a que se refere o item III anterior, a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar n.º 1/1994; b) o posterior arquivamento dos autos e a devolução do apenso à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, após adotadas as medidas de cobrança, se for o caso.” (Grifei).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

3. Inconformados, os **Srs. Roberto Miguel Bulat e Tarcísio Pereira de Andrade Filho** interpuseram Recursos de Reconsideração (fls. 636/650 e fls. 660/734, respectivamente), conhecidos pelo Tribunal pela Decisão n.º 3.110/2017 (fl. 658) e pela Decisão n.º 4.162/2017 (fl. 745), cujo mérito examina-se no atual momento processual.

4. A Unidade Técnica, em apertada síntese, considerou, quanto ao mérito, **improcedentes** os argumentos apresentados pelos **Srs. Roberto Miguel Bulat e Tarcísio Pereira de Andrade Filho**, mantendo inalterados os termos consignados na Decisão n.º 1.398/2017 e no Acórdão n.º 84/2017 e, por consequência, sugeriu seja dada ciência da decisão que vier a ser proferida aos nominados responsáveis, concedendo-lhes novo prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do débito que lhes fora imputado nos autos, devolvendo-se os apensos à origem e autorizando-se o arquivamento do presente feito, conforme consignado nas propostas de fl. 758.

5. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para as manifestações pertinentes, registro que esta fase processual se destina tão somente ao exame de mérito dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos **Srs. Roberto Miguel Bulat e Tarcísio Pereira de Andrade Filho** (fls. 636/650 e fls. 660/734, respectivamente), ressaltando, de antemão, que as análises e considerações expendidas pela Unidade Técnica não são merecedoras de reparos, encontrando-se em conformidade com o entendimento deste representante ministerial.

Do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Roberto Miguel Bulat (fls. 636/648 e anexos de fls. 649/650)

6. Após relatar brevemente os fatos ocorridos e discorrer acerca da tempestividade do presente recurso (fls. 636/639), o recorrente alega que “(...) *existe o instituto da prescrição intercorrente, na medida de ter por finalidade estabilizar pelo tempo as relações litigiosas que o Poder Público não teve a capacidade de solucioná-las em tempo razoável*”, ressaltando ser inadmissível que “(...) *um processo de tomada de contas dure cerca de 16 anos para proferir a decisão definitiva sobre a regularidade das contas de um agente público, ainda mais quando há dispositivo legal estipulando o prazo máximo de 3 anos para que haja o seu julgamento*” (fl. 639).

7. Assevera que “(...) *o recebimento dos valores pelo então policial militar foi realizado de boa-fé*”, ressaltando que “(...) *em momento algum o policial requereu o recebimento da ajuda de custo para custeio de eventuais viagens, pelo, contrário, ele foi CONVOCADO para participar da referida missão internacional*” (grifo do original) (fls. 640/641).

8. Recorre os pressupostos da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos como forma de demonstrar sua boa-fé no recebimento da vantagem em questão, assinalando que “(...) *é perfeitamente razoável presumir que os autos que ensejaram o pagamento de ajuda de custo são verdadeiros, uma vez que houve convocação oficial pela própria administração, com a realização de diversos exames e, posteriormente, houve a viagem para a realização da missão internacional, com todos os custos inerentes a ela (alimentação, moradia, etc.)*” (fls. 641/642).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

9. Aduz que “(...) *recebeu de boa-fé os valores a título de ajuda de custo, não podendo, por consequência, ser compelido a recolher os valores pagos por conta de erro da Administração Pública*”, acrescentando que “(...) *se houve erro na interpretação ou má aplicação da lei pela Administração Pública, não pode a punição decorrente ser imputada a aquele que agiu de boa-fé e em nada influenciou na tomada de decisão para a expedição do ato*” (grifo do original) (fl. 642).

10. Apresenta excerto de decisão do TJDFT que isentou o **Sr. Robmilson Araújo de Lima**, também responsabilizado pelo suposto recebimento indevido no presente feito, de devolver os valores recebidos decorrente de seu deslocamento na mesma missão de paz, em virtude de “(...) *não se mostrar lícita a imposição de obrigação de o impetrante devolver à Administração a ajuda de custo paga por erro dela, não há que se falar em enriquecimento sem causa do impetrante, que de boa-fé recebeu a ajuda de custo, em virtude de erro da Administração Pública, que não foi causado pelo beneficiário*”, juntando aos autos precedentes do STJ e do STF no mesmo sentido (grifo do original) (fls. 643/645).

11. E mais, tendo em conta a decisão que isentou o **Sr. Robmilson Araújo de Lima** da obrigação de devolver os valores supostamente recebidos de forma indevida, alega que “(...) *em respeito aos princípios máximos da segurança jurídica e da impessoalidade na administração pública, para situações idênticas as decisões também devem ser idênticas, sob pena de estar favorecendo um em detrimento do outro*”, solicitando, assim, que o Tribunal proceda em consonância com o TJDFT, desobrigando-o da devolução dos valores e julgando suas contas regulares (grifo do original) (fls. 645/648).

12. Ao final, requer o provimento do presente recurso com atribuição de efeito suspensivo com vistas à reforma da Decisão n.º 1.398/2017, tendo em vista a prescrição intercorrente, além de que seja declarada a regularidade de suas contas com a isenção de devolução dos valores recebidos a título de ajuda de custo objeto destes autos (fl. 648).

Análise

13. Não merece prosperar as alegações relativas à prescrição intercorrente. O §5º do art. 37 da Constituição Federal é claro ao estabelecer que são imprescritíveis as ações de ressarcimento decorrentes de atos que tenham sido praticados por servidor ou não e que causem de prejuízo ao erário¹.

14. Tal entendimento se encontra amplamente pacificado no âmbito do Tribunal, haja vista considerar não ser passível de prescrição as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública decorrentes de prejuízos causados ao erário. Apenas a título de exemplo, cito a Decisão n.º 5.378/1998 (Processo n.º 7.094/91), que revela o posicionamento reinante da Corte de Contas quanto à imprescritibilidade do ressarcimento de débitos.

¹ **Constituição Federal:** “Art. 37 (...)”

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.”



MPCDF

Fl. 762
Proc.: 23082/05

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

15. Não se está a questionar nos autos a boa-fé do recorrente ou a legitimidade dos atos praticados pela Administração. O ponto fulcral objeto da presente TCE é o fato de que o militar recebeu indevidamente valores a título de ajuda de custo sem amparo legal, uma vez que não havia autorização para o pagamento da aludida indenização, ilegalidade que resultou em prejuízo a ser ressarcido aos cofres distritais.

16. Não é demais repisar que os elementos constitutivos dos autos demonstraram que o militar ora recorrente não fazia jus ao recebimento dos valores em questão. Ressalte-se que a irregularidade em apreço não decorre de inobservância ao interesse público, mas, sim, da percepção indevida de ajuda de custo em clara desobediência à expressa autorização do Chefe do Poder Executivo de que a participação do **Sr. Roberto Miguel Bulat** na Missão de Paz em Timor Leste se daria “(...) *sem ônus para o Governo do Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos normais*” (grifei) (fl. 12-Apenso).

17. A documentação que fundamentou o afastamento dos militares da PMDF foi clara ao estabelecer que a participação desses militares na Missão de Paz em Timor Leste tinha por objetivo “(...) *contribuir para o congaçamento com policiais de outros países, além de não acarretar em ônus para o Governo do Distrito Federal, visto que as despesas decorrentes do citado afastamento ficará a cargo da Organização das Nações Unidas e, no caso de repatriamento por razões disciplinares e ou reprovação em qualquer das condições impostas pela ONU, os oficiais indenizarão os gastos do Distrito Federal*” (grifei) (fls. 09/10-Apenso).

18. Em face dessa imposição, o **Sr. Roberto Miguel Bulat** se comprometeu, expressamente, a “(...) *reembolsar o Governo do Distrito Federal em eventuais despesas decorrentes do meu repatriamento, por razões disciplinares e/ou reprovação em qualquer das condições impostas pela Organização das Nações Unidas para integrar a Força de Paz em Timor Leste*”, conforme se verifica Declaração assinada pelo ora recorrente (fl. 08-Apenso).

19. Oportuno registrar que, além de o **Sr. Roberto Miguel Bulat** ter recebido ajuda de custo de forma indevida, porquanto não autorizada, o recorrente foi reprovado em exame realizado pela ONU, fato que justificou a retirada antecipada do nominado militar da missão internacional e o seu retorno ao Distrito Federal. Portanto. Ou seja, ainda que tivesse direito à percepção da ajuda de custo em tela, a vantagem recebida teria que ser devolvida, haja vista a sua repatriação em razão de reprovação nas condições impostas pelo organismo internacional.

20. Por fim, não se sustenta o argumento de que a sua situação seria semelhante à do **Sr. Robmilson Araújo de Lima**, isentado no âmbito do TJDF de devolver os valores recebidos a título de ajuda de custo.

21. Cumpre observar que, no ordenamento pátrio, subsiste a independência das instâncias civil, penal e administrativa como regra para apuração de fatos decorrentes de ilícitos. As decisões tomadas na esfera administrativa não estão sujeitas ou vinculadas às decisões judiciais, exceto nos casos de sentença penal que negue a autoria ou conclua pela inexistência do fato. Em outras palavras, a apreciação procedida pelo Poder Judiciário não deve obstar a atuação da Corte de Contas, a não ser nos casos de trânsito em julgado da sentença e, ainda assim, nas hipóteses legais em que não mais caberia discutir a autoria ou a existência do fato, situações que não se aplicam à espécie.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

22. Assim sendo, tendo em conta a peça recursal interposta pelo **Sr. Roberto Miguel Bulat** ter sido conhecida como Recurso de Reconsideração com efeito suspensivo, nos termos da Decisão n.º 3.110/2017, entendo que o Tribunal deve, quanto ao mérito, considerar **improcedentes** os argumentos apresentados pelo nominado recorrente, negando, por consequência, provimento ao recurso em apreço e mantendo os termos da Decisão n.º 1.398/2017 (fl. 626) e do Acórdão n.º 84/2017 (fl. 627), devendo recolher aos cofres públicos débito no valor de **R\$ 33.689,66** (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), valor atualizado em **24.10.2016** (fl. 602), quantia que deverá ser corrigida na data do efetivo pagamento, consoante Lei Complementar n.º 435/01.

Do Recurso interposto pelo Sr. Tarcísio Pereira de Andrade Filho (fls. 660/698 e anexos de fls. 699/734)

23. Após abordar aspectos referentes aos requisitos de admissibilidade, do deslinde da presente TCE e do histórico dos fatos (fls. 660/667), apresenta o ofício encaminhado pelo então Ministério do Exército, à época, descrevendo as condições da missão de paz da qual participou (fls. 667/668).

24. Informa que *“(...) foi o único Policial Militar que permaneceu na Missão, sendo os demais repatriados, o que, em princípio, impôs dispêndio de recurso ao Distrito Federal”*, acrescentando que os militares indicados para participação na Missão em tela *“(...) firmaram compromisso de reembolsar o Governo do Distrito Federal, em eventuais despesas decorrentes do seu repatriamento por razões disciplinares e/ou reprovação em qualquer das condições impostas pela Organização das Nações Unidas”* (grifos do original) (fl. 668).

25. Alega que, por meio da Portaria PMDF de 03 de janeiro de 2000, assinada pelo Comandante-Geral da PMDF, sua condição foi enquadrada como *“(...) mudança de sede para todo o território do Timor Leste, nos termos dos artigos 79, 86 e 88 da Lei nº 5.619/70 (Lei de Vencimentos da PMDF) e artigo 36, I, da Lei nº 8.237/91 (LRM)”*, inferindo que *“(...) apenas as despesas com passagens e traslado de bagagem entre o Brasil e o país de destino (ida e volta), ficariam a cargo da ONU, sendo assim, fica demonstrada a necessidade do recebimento da Ajuda de Custo para fazer frente a outras despesas de viagem”* (grifos do original) (fls. 668/669).

26. Assevera que *“(...) a ajuda de custo recebida seguiu totalmente a legislação vigente na Corporação que regulamentava o assunto, ou seja, a Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970”*, transcrevendo os artigos 39, 88 e 89 do citado diploma legal, bem assim das Medidas Provisórias n.º 2.218/01, n.º 2.131/00 e n.º 2.215-10/01, que tratam da parcela questionada nestes autos, para justificar a legalidade da percepção da ajuda de custo recebida pelos Policiais Militares do Distrito Federal e das Forças Armadas (fls. 669/670).

27. Ressaltou que *“(...) na hipótese de ter havido interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração, esta não ocorreu por interferência direta do recorrente”*, destacando que *“(...) o que foi recebido foi de boa-fé, ou melhor, o que foi pago não foi por qualquer influência do recorrente, mas em virtude de prática da Administração e, por conseguinte, há que se interpretar pelo afastamento da possibilidade de ressarcimento no caso em questão”* (grifos do original) (fl. 672).



MPCDF

Fl. 764
Proc.: 23082/05

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

28. Aduz que a Lei Federal n.º 5.619/70, que regulamentava os vencimentos, indenizações, proventos, além de dispor sobre outros direitos dos Policiais Militares da PMDF, *“(...) não poderia de nenhuma forma ser suplantada por uma Portaria, para o fim de excluir um direito líquido e certo”*, uma vez que *“(...) a ajuda de custo é o direito pecuniário devido ao militar, pago adiantadamente, que se afastar de sua sede, em razão de serviço previsto na Lei n.º 5.619, o qual não poderia ser excluído”* (fls. 673/674).

29. Transcreve a Decisão TCDF n.º 5.349/2004, em que o Tribunal determinou à PMDF que recalculasse as ajudas de custo de militares em missões no exterior com base na Lei n.º 5.619/70, salientando, nesse sentido, que o *“(...) requerimento impetrado pelo recorrente junto à PMDF (fl. 16-Apenso), o qual foi indeferido, deveria ter sido deferido e, consequentemente, os valores pagos”* (grifos do original) (fls. 674/675).

30. Afirma que *“(...) fica mais que evidenciada a boa-fé do recorrente em todos os momentos, inclusive quando por ocasião de seu retorno ao peticionar junto à Corporação no sentido de lhe garantir direito líquido e certo”*, reproduzindo trecho da Informação n.º 272/2016 - SECONT/1 (fls. 505/506), versando sobre a decisão do TJDF (Mandado de Segurança n.º 2013.00.00.8972-2), que afastou a responsabilidade do militar **Robmilson Araújo de Lima** quanto ao pagamento indevido da ajuda de custo, por considerar que houve erro da Administração, isentando-o de devolver aos cofres públicos os valores então recebidos (fls. 675/676).

31. Acosta decisões do Tribunal e do STJ que corroboram a tese de que os recursos recebidos indevidamente, de boa-fé, isentam os beneficiados da devolução, registrando que a situação do recorrente é idêntica à do militar **Robmilson Araújo de Lima**, sendo que *“(...) a única diferença deveu-se ao fato do recorrente ter permanecido durante toda a missão, enquanto os demais foram repatriados”* (fls. 676/678).

32. Argumenta que os vencimentos por ele recebidos foram corretamente calculados, com base nos artigos 80 e 86 da Lei n.º 5.619/70, regulamentada pelos Decretos n.º 2.638/74, n.º 6.065/81 e n.º 11.029/88, reafirmando que *“(...) fica claro e evidente a ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada”*, o que também demonstra a *“(...) a presença de boa-fé do servidor”* (grifo do original) (fls. 679/681).

33. Registra que a Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET, foi instituída pela Lei n.º 9.442/97, para os integrantes das Forças Armadas e, posteriormente, estendida aos militares da PMDF, por meio da Lei n.º 9.687/98, acrescentando que essa gratificação modificou a Lei n.º 5.619/70 para declarar ser *“(...) indiferente o local em que o policial esteja prestando o serviço, ainda que em missão especial no exterior”* (fls. 681/682).

34. Transcreve partes de publicações no DODF entre 1997 e 2005 (fls. 683/690), que autorizaram afastamentos de Policiais Militares da PMDF para missões no exterior, os quais possuem a mesma expressão usada no afastamento do recorrente, no caso *“(...) sem ônus para o Governo do Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos normais”*, ressaltando que, a partir da edição do Decreto n.º 25.507/05, que regulamentou a remuneração dos militares do Distrito Federal no exterior, foi incluída na frase a expressão *“(...) nos termos do Decreto n.º 25.507/2005”* (fls. 682/693).



MPCDF

Fl. 765
Proc.: 23082/05

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA PROCURADORIA

35. Afirma que, nos autos do Processo n.º 2001.01.1.123746/5-TJDFT, o Distrito Federal foi “(...) *condenado ao pagamento da Gratificação de Condição Especial de Trabalho/GCET, no período em que o recorrente, que é parte no processo, esteve em missão no exterior*” e, nesse sentido, alega que “(...) *os vencimentos recebidos são devidos em razão da participação do recorrente em missão especial no Timor Leste são devidos*” (fls. 693/694).

36. Indaga acerca da aplicação do instituto da prescrição ao presente caso, em virtude do tempo decorrente para o deslinde deste processo que, segundo o recorrente “(..) *ficou parado cerca de 7 anos, 5 meses e 11 dias*”, conforme levantamento apresentado na Tabela 1 elaborada pelo recorrente (fls. 695/697).

37. Por derradeiro, requer seja admitida sua boa-fé no recebimento dos valores, reformada a Decisão n.º 1.398/2017, em face da prescrição, e declarada a regularidade de suas contas ou a isenção da obrigação de devolver os valores questionados na TCE em apreço, ressaltando que as comunicações ao recorrente sejam feitas, doravante, a seus representantes legais no endereço informado (fls. 697/698).

Análise

38. Inicialmente, a alegação de prescrição formulada pelo recorrente não se sustenta, haja vista o §5º do art. 37 da Carta Magna estabelecer que são imprescritíveis as ações de ressarcimento decorrentes de atos que tenham sido praticados por servidor ou não e que causem de prejuízo ao erário, entendimento firmado no âmbito do Tribunal, que considera inaplicável a prescrição nas ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública decorrentes de prejuízos causados ao erário.

39. Mais uma vez, cumpre registrar que não se discute, nos autos, a existência de boa-fé dos militares indicados para a Missão de Paz em Timor Leste, mas, sim, a regularidade dos pagamentos recebidos por esses militares a título de ajuda de custo e a necessidade de ressarcimento desses valores ao erário.

40. Não é demais repisar que, em processos de contas, não há a necessidade de se demonstrar a má-fé dos justificantes nos atos que porventura tenham ensejado prejuízos injustificáveis aos cofres públicos, sendo necessário, contudo, comprovar, no mínimo, a conduta culposa do agente público que porventura tenha dado causa à falha que resultou em prejuízo injustificado aos cofres públicos.

41. Importante frisar que o Tribunal, mediante Decisão n.º 6.806/2007, proferida em estudos realizados pela Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo – CICE para apreciar os casos de débitos apurados em TCE's (Processo n.º 12.633/05), firmou entendimento no sentido de que “(...) **a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário**” (grifei) (item III, subitem 1, da Decisão n.º 6.806/2007).

42. Na espécie, os documentos constitutivos dos autos revelaram que o **Sr. Tarcísio Pereira de Andrade Filho**, indicado pela PMDF para participar da Força de Paz em Timor Leste, requereu o pagamento de ajuda de custo em razão dessa participação (fl. 16-Apenso).



MPCDF

Fl. 766
Proc.: 23082/05

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

43. Todavia, cumpre reiterar que a premissa básica para o afastamento em questão era que a participação dos militares ocorreria **sem ônus** ao Governo do Distrito Federal, uma vez que as despesas ficariam a cargo da ONU, **à exceção dos vencimentos normais e das vantagens fixas** a que fazia jus o recorrente, conforme se verifica no Despacho do Chefe do Poder Executivo publicado no DODF n.º 183 (fls. 12/13-Apenso).

44. Os argumentos trazidos pelo recorrente não se mostram suficientes para afastar a responsabilidade do **Sr. Tarcísio Pereira de Andrade Filho** pela percepção indevida da vantagem questionada, sendo certo que o militar requereu e recebeu valores a título de ajuda de custo sem amparo legal.

45. Em relação ao ofício do então Ministério do Exército referenciado pelo recorrente, verifica-se, no Ofício n.º 160-IGPM 1.2 CIRCULAR (fls. 85/86-Apenso), no tópico **Informações Complementares**, que “(...) *as despesas de transporte entre o Brasil e o país de destino (ida e volta) são a cargo da ONU*”, arcando o organismo internacional, também, com “(...) *as despesas de pernoite e alimentação, durante o deslocamento para a Missão e retorno*”, além das “(...) *diárias de manutenção, pagas em dólares, a cargo da ONU*” (fl. 86-Apenso).

46. Portanto, evidencia-se que o recorrente não apenas recebeu a ajuda de custo indevida, mas, também, foi beneficiário de vantagens supostamente devidas pela Lei n.º 5.619/70, no caso diárias pagas em dólares pela ONU, caracterizando o recebimento em dobro de verbas indenizatórias.

47. Observa-se, no caso em exame, o enquadramento equivocado pela PMDF quando da edição da Portaria PMDF de 03 de janeiro de 2000 (artigos 79, 86 e 88 da Lei n.º 5.619/70), posto que, em desacordo com o Despacho do Governador (fl. 12-Apenso), que estabelecia que o afastamento seria sem ônus para o GDF e, nesse sentido, o enquadramento correto deveria ser com base no art. 82² da citada lei, vigente à época.

48. Nesse contexto, conforme salientado pela Unidade Técnica, considerando que o Governador do Distrito Federal possuía o comando superior da PMDF, sob o aspecto hierárquico, não poderia a Portaria em comento ir de encontro ao comando do Despacho exarado, o qual condicionava o afastamento à ausência de ônus para os cofres distritais, a não ser os concernentes aos vencimentos normais e às vantagens fixas.

49. Impende destacar que a ajuda de custo e as diárias têm caráter indenizatório, não se confundindo com vantagens fixas.

50. Não merecem prosperar as alegações relativas às decisões judiciais que defendem a ausência de devolução de valores em caso de recebimento de boa-fé. Conforme exposto anteriormente, reitero entendimento no sentido de que, em razão do princípio da independência das instâncias civil, penal e administrativa como regra para apuração de fatos

² **Lei n.º 5.619/70:** “Art 82. Em casos especiais, o policial militar poderá ser designado pelo Governador do Distrito Federal, para cumprir missões especiais no exterior, sem ônus em moeda estrangeira, abonando-se-lhe, em moeda nacional, os vencimentos, indenizações e outros direitos normais.”



MPCDF

Fl. 767
Proc.: 23082/05

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

decorrentes de ilícitos, as deliberações adotadas no âmbito da Corte de Contas não ficam sujeitas ou vinculadas às decisões judiciais, exceto nos casos de sentença penal que negue a autoria ou conclua pela inexistência do fato.

51. Finalmente, cabe ressaltar o posicionamento proferido pela Corte de Contas, na apreciação de caso semelhante, nos autos do Processo n.º 277/02, oportunidade em que determinou a devolução de ajuda de custo e diárias pagas indevidamente a militar em missão no exterior, o qual teve seu afastamento condicionado à ausência de ônus aos cofres distritais, nos termos da Decisão n.º 2.264/2004 (cópia à fl. 752).

52. Nesse diapasão, considero, no mérito, **improcedentes** as alegações recursais interpostas pelo **Sr. Tarcísio Pereira de Andrade Filho**, podendo o Tribunal negar provimento ao recurso em apreço e, consequentemente, manter os termos da Decisão n.º 1.398/2017 (fl. 626) e do Acórdão n.º 84/2017 (fl. 627), devendo o nominado militar recolher aos cofres públicos débito no valor de **R\$ 560.676,54** (quinhentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), valor atualizado em **24.10.2016** (fl. 602), quantia que deverá ser corrigida na data do efetivo pagamento, consoante Lei Complementar n.º 435/01.

Conclusões

53. Os argumentos formulados pelos **Srs. Roberto Miguel Bulat e Tarcísio Pereira de Andrade Filho** não se mostraram capazes de afastar as irregularidades que lhes foram imputadas nos autos, podendo o Tribunal, quanto ao mérito, julgar **improcedentes** as alegações recursais para manter inalterados os termos da Decisão n.º 1.398/2017 e do Acórdão n.º 84/2017 e negar provimento aos Recursos de Reconsideração interpostos pelos nominados militares.

54. Diante de todo o exposto, este **Parquet** especializado acolhe integralmente as análises e considerações expendidas pela Unidade Técnica, sugerindo ao eg. Plenário que, no mérito, considere **improcedentes** os argumentos recursais apresentados pelo **Sr. Roberto Miguel Bulat** (fls. 663/648 e anexo de fls. 649/650), e pelo **Sr. Tarcísio Pereira de Andrade Filho** (fls. 660/698 e anexos de fls. 699/673), **negando provimento** aos Recursos de Reconsideração por eles impetrados para manter inalterados os termos consignados na Decisão n.º 1.398/2017 e no Acórdão n.º 84/2017, dando ciência aos nominados recorrentes da decisão que vier a ser proferida e concedendo-lhes novo prazo de 30 (trinta) dias para recolherem aos cofres públicos os débitos que lhes foram imputados, nos valores de **R\$ 560.676,54** (quinhentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e **R\$ 33.689,66** (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), respectivamente, atualizados em **24.10.2016** (fl. 602), quantias que deverão ser corrigidas na data do efetivo pagamento, conforme previsto na Lei Complementar n.º 435/01.

É o parecer.

Brasília, 14 de março de 2018.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador